

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: PROPOSTA DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO PARA REFUGIADOS EM CASCAVEL-PR.

MARTINS, Natalia Carolina¹
JORGE, Gabriela Bandeira²

RESUMO

A presente monografia, tem como objetivo a elaboração de uma fundamentação teórica para o desenvolvimento da proposta de um Centro de Atendimento para Refugiados em Cascavel-PR, sendo formado por suporte residencial, escolar, de trabalho, e saúde, sendo um encaminhamento para esses indivíduos. O problema se deu após analisar as necessidades que passam esses refugiados após chegarem ao país, incorporando então, a prática ao projeto arquitetônico. O objetivo do presente trabalho, é desenvolver uma fundamentação teórica e projetual, baseadas nas necessidades de seus usuários, sendo um ambiente de inclusão social, com utilização de métodos sustentáveis no edifício e fora dele. Sendo apresentados na pesquisa, introdução, fundamentos arquitetônicos, estudos e revisões bibliográficas, seus correlatos e obras correlatadas, aspectos e legislações topográficas do terreno, diretrizes do projeto e suas considerações, por sua finalidade, um desenvolvimento teórico, definindo os aspectos como programa de necessidades, setores, terreno, entre outros. Por conseguinte, em menção ao fatos e fatores apresentados, ao decorrer da pesquisa, auxiliaram no desenvolvimento projetual do Centro de Atendimento para Refugiados.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Atendimento, Refugiados, Sustentabilidade.

ARCHITECTURAL FOUNDATIONS: PROPOSAL FOR A SERVICE CENTER FOR REFUGEES IN CASCAVEL-PR.

ABSTRACT

This monograph aims to elaborate a theoretical foundation for the development of a proposal for a Care Center for Refugees in Cascavel-PR, consisting of residential, school, work, and health support, being a referral for these individuals. The problem arose after analyzing the needs that these refugees go through after arriving in the country, then incorporating the practice into the architectural project. The objective of this work is to develop a theoretical and design foundation, based on the needs of its users, being an environment of social inclusion, using sustainable methods in the building and outside it. Being presented in the research, introduction, architectural fundamentals, studies and bibliographic reviews, their correlates and related works, aspects and topographic legislation of the land, project guidelines and their considerations, for their purpose, a theoretical development, defining the aspects as a program of needs, sectors, terrain, among others. Therefore, in reference to the facts and factors presented, during the course of the research, they helped in the design development of the Assistance Center for Refugees.

KEYWORDS: Service Center, Refugees, Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal assunto a elaboração de um projeto de um Centro de Atendimento para Refugiados, em Cascavel-PR.

¹ Acadêmico de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: nataliacarollina.nc@gmail.com

² Professora orientadora da presente pesquisa. E-mail: gabi_bandeira@hotmail.com

Tendo em vista, recentemente com tanta pobreza e falta de oportunidades, até mesmo guerras em países vizinhos, busca por moradias justas e luta pela sobrevivência, que, pessoas de diferentes países vêm buscando o Brasil, como refúgio para suas famílias, a procura de bem-estar, segurança e uma vida digna. A partir destas situações, a busca por moradias, empregos, educação, e toda a parte democrática, para pessoas refugiadas, em Cascavel, está em crescimento contínuo.

Um refugiado tem direito a buscar e receber refúgio em um lugar seguro. Contudo, a proteção internacional abrange mais do que a segurança física. Os refugiados devem usufruir, pelo menos, dos mesmos direitos e da mesma assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo liberdade de expressão e de movimento, e proteção contra tortura.

De igual modo, os direitos econômicos e sociais que se aplicam aos refugiados são os mesmos que se aplicam a outros indivíduos. Pessoas refugiadas devem ter acesso à assistência médica. Pessoas refugiadas adultas devem ter direito a trabalhar. Nenhuma criança refugiada deve ser privada de escolaridade (ACNUR, s.d.).

Em certas circunstâncias, quando não há recursos governamentais disponíveis para atender demandas imediatas, organizações internacionais como o ACNUR prestam assistência. Isso pode incluir subsídios financeiros, alimentos, abrigo e infraestrutura básica. Com projetos como atividades de geração de renda e programas de capacitação profissional, o ACNUR faz todos os esforços para garantir que as pessoas refugiadas se tornem autossuficientes o mais rápido possível.

Os refugiados também têm responsabilidade e obrigações, entre elas a de respeitar as leis do país que os acolhem (ACNUR, s/d.).

O centro de atendimento a refugiados deveria ser uma instituição pública, que prestaria auxílio e suporte aos refugiados, oferecendo serviços como orientação profissional, ajuda na documentação necessária para a legalização do refugiado no país, além de alojamento, atendimento médico e assistência social. A inserção profissional dos refugiados seria desenvolvida de forma gradativa, visando aprimorar as capacidades do indivíduo, oferecendo cursos de qualificação e treinamento para as áreas desejadas. O alojamento disponibilizado pelo centro deveria ser temporário, até que o refugiado esteja em condições de encontrar uma moradia digna, visando o crescimento e independência destes indivíduos.

Com o desenvolvimento do projeto, possibilitará o acesso de forma rápida e prática, sem gerar confusões com filas em postos, refugiados em situação de rua, sem assistências básicas

de checagem, e outros mais, além de um atendimento priorizado e voltado diretamente para questões migratórias, com direcionamentos e amparo para aqueles que chegam ao Brasil, sem garantias. Além disso, também permitirá que os órgãos responsáveis possam acompanhar de perto o processo de checagem, aplicando os procedimentos de forma mais eficaz e justa. Com isso, o projeto pode contribuir para a melhoria do sistema de imigração do Brasil, o que, por sua vez, pode ajudar os refugiados a melhorar sua qualidade de vida.

O objetivo geral desta pesquisa é o desenvolvimento de uma fundamentação teórica e o estudo projetual de um Centro de atendimento para refugiados em Cascavel-PR, visando a identificação de necessidades, a contextualização e a proposição de soluções para as questões arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, ambientais, sociais, econômicas, culturais e de infraestrutura relacionadas à criação de um ambiente que promova o acolhimento de refugiados na cidade. O projeto deve levar em conta as especificidades do grupo, como necessidades de acolhimento, aconselhamento e orientação legal, além de oferecer suporte em questões de saúde, ensino e emprego. O projeto deve também prever espaços para lazer e cultura, pois esses fatores contribuem para a integração dos refugiados na sociedade local. Como objetivos específicos temos:

- A. Buscar referencial teórico sobre o tema;
- B. Conceituar o tema proposto;
- C. Pesquisar correlatos para realização da proposta projetual;
- D. Analisar um local adequado para a implantação do projeto;
- E. Desenvolver um programa de necessidades adequado;
- F. Apresentar uma proposta projetual para o Centro de atendimento a refugiados que atenda todas as necessidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU REVISÃO DE LITERATURA

2.1 NA HISTÓRIA E TEORIAS

2.1.1 ANTECEDENTES MIGRATÓRIOS

A evolução histórica do conceito de refugiado resulta de fatores históricos, sociológicos e políticos. As solicitações de refúgio e asilo são institutos jurídicos que precedem o surgimento do Estado-nação e, em seus primórdios, a teoria jurídica reconhecia o refúgio como um direito à mobilidade e à autopreservação. Hathaway (1991) divide a formulação do conceito de refugiado a partir de três visões distintas: jurídica (1920-1935), que reconhecia o refúgio com base no pertencimento do indivíduo a determinado grupo; social (1935- 1940), caracterizada

pela assistência internacional para determinados grupos de refugiados em decorrência de acontecimentos políticos e sociais, principalmente os relacionados ao nazismo; e individualista (1940-1950), caracterizada pelo exame dos méritos do caso individual do solicitante de asilo. Tomarei essas fases como referência para a análise. (CONRADO, 2021).

De acordo com Conrado (2021), foi após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que se alteraram as bases territoriais da Europa, que resultaram nas grandes migrações, devido a um frágil status jurídico, reputados com ameaça à coesão cultural e nacional.

Nos primórdios da consolidação do instituto do refúgio em 1921, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, juntamente com a Liga das Nações, sugeriu a criação do Alto Comissariado para os Refugiados Russos (ACRR). Coordenado pelo governo da Noruega, o objetivo da ACRR era proteger os quase dois milhões de russos obrigados a deixar seu país após a Revolução Russa de 1917. O conceito de refugiado referia-se então, aos indivíduos perseguidos em seus estados de origem, sendo a função do órgão era definir a situação jurídica dos refugiados, repatriá-los ou levá-los para os assentamentos. (CONRADO, 2021).

A partir de 1935, a política antisemita de Hitler na Alemanha, deu início à perseguição dos judeus com o consequente êxodo desse grupo e a perda de seus direitos de cidadania, além de desnaturalizar judeus e imigrados políticos residentes fora da Alemanha. O início da Segunda Guerra (1939-1945) desestimulou a oferta estatal de proteção aos refugiados, o que intensificou a busca por refúgio principalmente pelos judeus, forçando os Estados de asilo a impor restrições à sua entrada. No Brasil, não havia proibição oficial para a entrada dos judeus, porém, uma circular secreta (Circular 1.127/1938) promulgada por Getúlio Vargas, proibia as missões diplomáticas de conceder vistos de entrada para os judeus ingressarem no país. (CONRADO, 2021).

Em 1938, a Noruega propôs a criação de um órgão para a proteção dos refugiados: o Alto Comissariado da Liga das Nações para Refugiados (ACLNR). Fatores como a perseguição de comunistas, sindicalistas, socialdemocratas, judeus, ciganos, eslavos e alemães com ascendência judaica, influíram para a construção de um conceito de refugiado definido coletivamente, ou seja, como parte de um grupo étnico ou nacional. O conceito com base na origem ou ligação a um determinado grupo étnico, racial ou religioso, assumiu uma perspectiva coletivista. (CONRADO, 2021).

O processo migratório, em busca de refúgio devido a questões sociais e temporais, decorre de várias gerações, sendo uma procura por melhores condições de vida. Segundo Silva et al. (2021), o processo migratório permanece como um fenômeno da sociedade até os dias de hoje, porém, possuem fronteiras políticas entre os territórios das nações e as pessoas que se

deslocam entre elas, são caracterizadas como migrantes ou refugiados, que buscam melhores condições de vida.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, s.d.), o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e o ACNUR, desenvolveram um painel interativo de decisões sobre refúgio no Brasil, sendo possível constatar que, ao final de 2021, existiam 60.011 pessoas reconhecidas como refugiadas no país. Ao final de 2021, o número de pessoas deslocadas por guerras, violência, perseguições e abusos de direitos humanos chegou a 89,3 milhões, um crescimento de 8% em relação ao ano anterior e bem mais que o dobro verificado há 10 anos, de acordo com o relatório “Tendências Globais”, uma publicação estatística anual do ACNUR.

Segundo dados divulgados na 7ª edição do relatório “Refúgio em Números”, apenas em 2021, foram feitas 29.107 solicitações da condição de refugiado, sendo que o CONARE reconheceu 3.086 pessoas de diversas nacionalidades como refugiadas. Tanto os homens (55,2%) como as mulheres (44,8%) reconhecidos como refugiados encontravam-se, predominantemente, na faixa de 5 a 14 anos de idade (50,4%). A nacionalidade com maior número de pessoas refugiadas reconhecidas, entre 2011 e 2021, é a venezuelana (48.789), seguida dos sírios (3.682) e congoleses (1.078). Em 2021, 72,2% das solicitações apreciadas pelo CONARE foram registradas nas Unidades da Federação (UFs) que compõem a região norte do Brasil. O estado do Acre concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE (47,8%), seguido por Roraima (14,7%). Importante destacar a diversidade de países de origem dos solicitantes de refúgio no Brasil em 2021. Nesse ano, o Brasil recebeu solicitações de pessoas provenientes de 117 países, sendo a maioria de venezuelanos (78,5%), angolanos (6,7%) e haitianos (2,7%) (ACNUR, s/d.).

Segundo Silva et al. (2021), a história dos direitos dos refugiados e migrantes está diretamente ligada à história da humanidade, considerando que os deslocamentos humanos foram cruciais para a formação de nossa civilização, os fluxos de pessoas em diferentes territórios possibilitaram uma construção da identidade cultural e social das sociedades ao redor do mundo, fazendo com que surgisse uma necessidade do reconhecimento internacional dos direitos dos refugiados e migrantes, e que, visivelmente pelo fluxo migratório atual, precisam ser fortalecidos.

A gestão abrangente e eficaz da migração envolve uma gama de áreas de ação, dentre as quais se inclui a qualificação dos migrantes. A relevância da matéria se dá também em razão

de que migrantes são agentes capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social nos países de acolhimento, inclusive ao considerar que migrantes constituem 3% da população mundial e produzem mais de 9% do PIB global. Demonstra-se a conexão do presente estudo com a linha de pesquisa de Direito Constitucional nas Relações Económicas. (SOUSA, 2022).

2.1.2 MIGRAÇÕES NO BRASIL

Já o refúgio, em que pese ter a mesma origem histórica do asilo, desenvolveu-se de forma independente. A existência de asilados e refugiados, embora seja tão antiga quanto a própria história, só ganha efetiva proteção pela comunidade internacional no século XX, com a Sociedade de Nações. (BARRETO, 2010, pág. 14).

O Brasil aderiu em 1960 à Convenção de 1951, mas o Acnur só marcou sua presença na América Latina duas décadas depois, e com ações importantes empreendidas apenas na América Central, mantendo pouca atuação na América do Sul. Justamente nos anos 1970, o Brasil e quase toda a América do Sul vivenciavam uma sequência de regimes de exceção, com ditaduras que forçavam a saída de milhares de cidadãos para o exterior. (BARRETO, 2010, pág. 17).

Naquele momento, o papel do Acnur era de acompanhar essa movimentação, tendo a igreja católica assumido a principal tarefa de proteger os brasileiros, fazendo com que saíssem e se refugassem no exterior. O Brasil não desenvolveu sua política de proteção internacional de refugiados porque havia, então, um movimento contrário, de saída do Brasil de milhares de brasileiros em razão da ditadura. (BARRETO, 2010, pág. 17).

Há fatos memoráveis. Certa vez, jovens cidadãos chilenos procuraram a Arquidiocese do Rio de Janeiro com uma carta de recomendação do Vicariato de Solidariedade do Chile pedindo que fossem, na medida do possível, protegidos no Brasil pela igreja católica. Essa carta foi encaminhada ao cardeal D. Eugenio de Araujo Sales. Na época, era impossível se pensar numa assistência do governo brasileiro a essas pessoas. (BARRETO, 2010, pág. 17).

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro ajudava de forma esporádica alguns refugiados e fui informado do crescimento do número de pessoas que procuravam a instituição, muitas desesperadas, com medo de serem presas e repatriadas. Em abril de 1976, perto das 6 horas da tarde, o responsável pela Cáritas, Cândido Feliciano da Ponte Neto, me pergunta o que fazer com três jovens chilenos que traziam uma carta da Arquidiocese de Santiago e se declararam perseguidos pelo governo do Chile. Pretendiam ficar no Rio até que conseguissem um país para obter refúgio. Pediam que ajudássemos a encontrar esse país e uma forma de fazer

chegar até lá. Percebi que era o momento de criar um trabalho mais permanente. (BARRETO, 2010, pág. 65).

Entreguei à Cáritas Arquidiocesana a tarefa de coordenar o trabalho, determinei que o atendimento fosse realizado no Palácio São Joaquim e que apartamentos fossem alugados em nome da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, que é a pessoa jurídica da Arquidiocese, para que estivessem segura e condignamente alojados. Houve uma época em que tivemos no Rio mais de 70 apartamentos alugados para abrigar os refugiados que nos procuravam, a maioria com seus familiares, filhos, crianças pequenas. (BARRETO, 2010, pág. 65).

Enfrentávamos uma situação sem dinheiro, no começo. Utilizávamos recursos da própria Arquidiocese, que tinha uma infraestrutura. Alguns meses depois chegou o Acnur, que foi muito importante em relação à parte financeira, mas, principalmente, para conseguir países que recebessem os refugiados. A Comissão de Justiça e Paz da CNBB e a Cáritas Brasileira foram parceiras desde os primeiros momentos. (BARRETO, 2010, pág. 65).

Então, finalmente, em 1989, por meio do decreto nº 98.602, o Brasil levanta a reserva geográfica, aderindo plenamente então à Declaração de Cartagena, e permitindo ao país receber um fluxo maior de refugiados, independentemente da origem dessas pessoas. E, em 1991, já na nova fase de estabilidade política, mas ainda com número muito pequeno de refugiados no Brasil, o Ministério da Justiça edita a portaria interministerial nº 394, com o dispositivo jurídico de proteção a refugiados, estabelecendo uma dinâmica processual para a solicitação e concessão de refúgio. (BARRETO, 2010, pág. 18).

Naquele momento, sob a portaria interministerial que proporcionava um marco jurídico interno mínimo, o Acnur entrevistava essas pessoas e apenas solicitava ao governo brasileiro o reconhecimento formal. O papel do governo brasileiro se restringia à liberação dos documentos e a partir daí os refugiados tinham que caminhar com suas próprias pernas no país que os acolhia. Como muitos desses refugiados vinham de regiões de guerra, com traumas psíquicos e com problemas de saúde, o apoio oferecido era insuficiente e havia a necessidade de maior integração dos refugiados no ambiente local. (BARRETO, 2010, pág. 18).

Editada a Lei nº 9474, de 1997, com 49 artigos, ficou definido o mecanismo para a implementação do Estatuto dos Refugiados. A lei brasileira, redigida em parceria com o Acnur e com a sociedade civil, é considerada hoje pela própria ONU como uma das leis mais modernas, mais abrangentes e mais generosas do mundo. Contempla todos os dispositivos de proteção internacional de refugiados e cria um órgão nacional – o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) – para ditar a política pública do refúgio e decidir quanto às solicitações de refúgio apresentadas no Brasil. (BARRETO, 2010, pág. 19).

O Brasil também defende, na região, a tese que os assuntos migratórios sejam tratados de maneira absolutamente vinculada aos direitos humanos. Os países têm o direito soberano de fixar regras de controle para o ingresso, permanência e saída de estrangeiros de seu território, mas, no entanto, nenhum país está livre de responder diante da comunidade internacional por violações dos direitos dos migrantes. (BARRETO, 2010, pág. 20).

Em razão de seu mandato – o trabalho junto aos refugiados no âmbito dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) – o Acnur (sigla em inglês UNCHR) mantinha, desde 1977, um escritório no Brasil, o qual funcionava vinculado ao Escritório Regional para o Sul da América Latina, sediado em Buenos Aires. (BARRETO, 2010, pág. 29).

Somente em 1982 é que o escritório do Acnur passou a funcionar oficialmente no Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Mas, em função da cláusula de reserva geográfica, era bastante limitada a possibilidade de acolhimento a refugiados latinoamericanos ou procedentes de outras regiões que não a Europa, restando somente a possibilidade de trânsito, isso é, de possibilidade apenas de um breve período de permanência no Brasil, enquanto eram providenciados os trâmites para o seu acolhimento em outro país. (BARRETO, 2010, pág. 29).

Somente em 1982 é que o escritório do Acnur passou a funcionar oficialmente no Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Mas, em função da cláusula de reserva geográfica, era bastante limitada a possibilidade de acolhimento a refugiados latinoamericanos ou procedentes de outras regiões que não a Europa, restando somente a possibilidade de trânsito, isso é, de possibilidade apenas de um breve período de permanência no Brasil, enquanto eram providenciados os trâmites para o seu acolhimento em outro país. (BARRETO, 2010, pág. 29).

Marco significativo para o Acnur e para os refugiados foi o ano de 1989, considerando-se aqui o Estado brasileiro. Com o Decreto nº 98.602, de 19 de dezembro de 1989, revogou-se a cláusula da reserva geográfica, mas foram mantidas, ainda, em termos legais as restrições estabelecidas nos artigos 15 e 17 da Convenção de 1951. Já um ano mais tarde, com o Decreto nº 99.757, de 03 de dezembro de 1990, o Brasil retifica as disposições do Decreto 98.602/89 assumindo integralmente todo o teor da Convenção de 1951. Foi também neste ano que o escritório regional do Acnur passou a funcionar em Brasília. (BARRETO, 2010, pág. 29).

Linha do tempo – Registro cronológico de alguns momentos do caminho percorrido:

- 08/05/1996 – Audiência Pública “O Brasil e a Questão dos Refugiados”, requerida pelo deputado Nilmário Miranda, membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, juntamente com a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, presidida pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira. A partir deste debate, encaminham à Presidência da República

indicação sugerindo o imediato envio de proposição ao Congresso Nacional, para implementação do Estatuto do Refugiado no Brasil.

- 13/05/1996 – Mensagem nº 427, do presidente da República dirigia aos Membros do Congresso Nacional, com o seguinte teor: Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos ministros de Estado da Justiça e das Relações Exteriores Interino, o texto do projeto de lei que ‘Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências’ Brasília, 13 de maio de 1996.
- 22/05/1996 – Texto/mensagem da sociedade civil, enviado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, propondo acréscimos e modificações ao Artigo I, solicitando apoio para a adoção de conceito ampliado e atual de refugiado.
- 30/05/1996 – A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados defere requerimento (22/05/1996) da Comissão de Direitos Humanos (CDH) no qual requer lhe seja remetido o projeto de lei nº 1.936/1996, para manifestar-se e apresentar sugestões ao texto.
- 06/08/1996 – A CDH, em reunião ordinária, por unanimidade aprovou o relatório do deputado Flávio Arns. Incorpora-se nesse momento, como sugestão da CDH às outras Comissões e ao Plenário da Câmara, não apenas o anseio, mas uma proposta de texto que conceitua, de forma mais abrangente, o que é refugiado, incluindo como causa de refúgio a violação grave e generalizada de direitos humanos. 11/03/1997 – Votação, no Plenário da Câmara dos Deputados, de requerimento dos líderes, no qual solicitam urgência na apreciação do projeto de lei nº 1.936/96. O pedido foi aprovado.
- 20/03/1997 – Votação, em plenário, do projeto de lei nº 1.936/1996, com aprovação de boa parte das emendas sugerida pela CDH. Envio da matéria à Casa revisora (Senado Federal).
- 05/05/1997 – Carta do secretário-geral da CNBB, Dom Raymundo Damasceno de Assis, ao vice-presidente da República, Marco Maciel, então no exercício da Presidência da República, solicitando seu empenho na proposição do caráter de urgência ao projeto de lei complementar nº 16/1997.
- 23/06/1997 – Parecer 367/1997 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal, apreciando o projeto de lei complementar nº 16/1997, sendo relator o senador José Fogaça. Vota pela aprovação.
- 25/06/1997 – Entra na Pauta de votação do Senado Federal o projeto de lei da Câmara de nº 16, de 1997 (projeto de lei nº 1.936/1996, na Casa de origem). Detalhe significativo foi a inversão na pauta inicial, trazendo o projeto de lei complementar nº 16/97, inicialmente previsto como o item de nº 41, para o item 3, o que lhe valeu a aprovação na Câmara baixa nesta data.

- 08/07/1996 – Leitura e posterior aprovação do Requerimento nº 477, do senador Elcio Alvares e outros líderes, com pedido de urgência – art. 336, “b”, regimento interno, devendo a matéria ser incluída em ordem do dia da sessão do segundo dia útil subsequente.
- 10/07/1997 – Leitura no plenário do Senado dos Pareceres nº 367/1997 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e nº 368/97 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
- 15/07/1997 – O projeto de lei complementar nº 16, de 1997 (projeto de lei nº 1936/1996, na casa de origem) foi aprovado no plenário do Senado Federal e encaminhado, a seguir, para sanção do presidente da República.
- 22/07/1997 – Sancionada pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a Lei nº 9.474, de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.
- 23/07/1997 – Publicação no Diário Oficial da União a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. (BARRETO, 2010, pág. 44).

Cumprе elucidar que a Constituição Brasileira de 1988, promulgada sob a índole de defesa e valorização das garantias fundamentais, adota a igualdade entre os brasileiros e estrangeiros que se encontrem no Brasil como princípio basilar estatuído no rol dos direitos e garantias fundamentais. Na seara infraconstitucional, o tema é regulado pela Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), cujos objetivos primordiais consistem em tratar o migrante pelo viés humanitário, como sujeito dos mesmos direitos fundamentais e sociais. (SOUSA, 2022).

Ao constatar que o fluxo migratório com destino ao Brasil é crescente, o acesso ao trabalho do migrante constitui forma de concretizar os princípios de igualdade ora estatuídos em âmbito constitucional, por meio da busca do pleno emprego e da renda. Parte-se do pressuposto de acesso ao trabalho é aspecto fundamental na emancipação e inserção social da pessoa migrante, bem como na promoção da dignidade, que é pedra angular do ordenamento jurídico e do Estado Democrático de Direito. (SOUSA, 2022).

No que concerne à esfera nacional, a Lei de Migrações facilita o ingresso do migrante por meio da concessão de vistos de trabalho, porém, precisa ir além ao promover a sua integração e propiciar a permanência pacífica no país. Deste modo, faz-se necessário o oferecimento de mecanismos de integração aos migrantes por meio do acesso ao mercado de trabalho. Verifica-se a problemática desta pesquisa por meio do seguinte questionamento: Existem mecanismos de concretização do acesso ao trabalho do migrante no Brasil? (SOUSA, 2022).

2.1.3 AGENTES E CAUSAS

Os debates acerca da migração internacional em escala global não são exclusivos da era contemporânea. Pessoas se deslocam em busca de novas oportunidades econômicas e horizontes. Outros se movem para escapar de conflitos armados, pobreza, insegurança alimentar, perseguição, terrorismo ou violações de Direitos Humanos. Há, ainda, os que o fazem em resposta aos efeitos adversos da mudança climática, desastres naturais ou demais fatores ambientais. (SOUSA, 2022).

Neste sentido, há que se entender a migração como aspecto determinante e determinado pela sociedade globalizada. Por este viés, os processos de migração conectam sociedades e regiões, bem como tornam as nações em países de origem, trânsito e destino. Ao passo em que "globalização significa transgressão, a remoção das fronteiras", é característica do mundo globalizado a internacionalização de sociedades, culturas e economias. Isto, por sua vez, acarreta a facilitação do trânsito de pessoas. (SOUSA, 2022).

Mesmo países com estruturas físicas intactas podem ruir por dentro. Graves crises econômicas provocam ondas de desemprego. Sem salário, trabalhadores não pagam as contas e não consomem. O dinheiro escasseia. Sem receita, empregadores demitem. Sem recolher impostos, o governo deixa de prestar serviços básicos. Sociedades injustas e desiguais convivem com taxas maiores de violência. A vida se torna insuportável e assim como nas situações de guerra e de desastres- as pessoas - migram na esperança de garantir a própria sobrevivência e de suas famílias. (CHARLEAUX, 2022).

[...] quando eclode uma guerra em alguma parte do mundo. Nessas circunstâncias extremas, as pessoas fogem de suas casas na tentativa de se proteger de ataques que, num piscar de olhos, transformam cidades inteiras em montes de escombros. (CHARLEAUX, 2022).

Nas guerras, a estrutura necessária à vida da população civil entra em colapso. Os tremores provocados pelo impacto dos bombardeios aéreos desconectam toda a tubulação de esgoto e de água limpa de uma cidade. Subitamente, os banheiros não funcionam e as torneiras secam. Ao sair de casa, as pessoas percebem que viadutos e pontes estão em ruínas. O sistema de transporte público não existe mais. As ruas e as estradas estão interrompidas por enormes crateras. À noite, não há mais energia elétrica. Todos passam a viver na escuridão. (CHARLEAUX, 2022).

Com as rotas interrompidas, logo começa a faltar alimentos. Os supermercados ficam desabastecidos. Os bancos não funcionam. Não há mais dinheiro em circulação. Não há internet e todos os canais de televisão ficam fora do ar, escolas, clubes, centros comerciais, tudo fecha.

E quando os ataques entre as partes em conflito provocam mortos e feridos, nem sequer os hospitais e cemitérios se encontram aptos a atender a população, pois faltam remédios, médicos e funcionários. (CHARLEAUX, 2022).

Muitas vezes, homens -mesmo os muito jovens são recrutados para a frente de batalha. Mães sozinhas têm de arcar com a subsistência de filhos e de idosos. Famílias são separadas para sempre, parentes desaparecem sem deixar vestígios A guerra provoca um sofrimento indescritível. Diante desse quadro, os que ainda podem tentar fugir. Juntando os poucos pertences que restam, ou mesmo com a roupa do corpo, muitos civis empreendem longas travessias, muitas vezes a pé, em busca de um lugar seguro. (CHARLEAUX, 2022).

Muitas vezes, as pessoas são perseguidas por sua forma de pensar. Certos governos não toleram que seus cidadãos tenham opiniões diferentes das de quem governa. Por isso, quando uma pessoa ou um grupo de pessoas assume uma posição contrária à do governante, tem início uma onda de repressão que pode levar à prisão, à tortura e à morte dos chamados dissidentes ou opositores. Em toda a história, há registros de perseguições como essa. Governantes de esquerda já perseguiram dissidentes de direita, e o contrário já ocorreu também. O autoritarismo, a repressão e a violência não são exclusividade de um ou de outro setor ideológico. Basta procurar em livros, documentários, arquivos de jornais e filmes para ver como essas situações se repetem em diversos países, em diferentes épocas e com justificativas distintas. (CHARLEAUX, 2022).

2.2 NAS METODOLOGIAS DE PROJETO

2.2.1 CARACTERÍSTICAS NA FORMA DE PROJETAR

A arquitetura é uma forma de expressão artística importante para as culturas diferentes. Esta arte envolve a criação de edifícios e espaços projetados para satisfazer as necessidades humanas enquanto também cria uma narrativa visível de como determinada cultura percebe o mundo. Assim, como Colin (2000), descrevia a arquitetura como arte, acolhendo a sensibilidade.

A outra divisão a que nos referimos interessa neste momento, quando vamos falar dos sistemas da arquitetura. "Tudo o que se constrói deve ter solidez, utilidade e beleza" (em latim, língua do texto original, firmitas, utilitas, venustas). Em linguagem atual podemos dizer que a arquitetura se divide em três grandes sistemas, ou que deve atender simultaneamente a estes três grandes objetivos. A solidez se refere aos sistemas estruturais, ao envoltório físico, às tecnologias, à qualidade dos materiais utilizados. (COLIN, 2019).

Com a arquitetura acontece que a função antecede qualquer outro dado, não a função estética, mas a função prática. Antes de se pensar em um edifício é necessário que a sociedade precise dele, que haja uma função para ele cumprir; além disso o uso terá papel importante na definição de sua forma. Em nenhuma outra arte a função desempenha papel tão importante, tão definitivo. (COLIN, 2019).

Para se fazer uma casa, nem sempre se necessita desenhá-la antes. Mas quando queremos discutir, ou explicar para outros, as nossas ideias, é melhor desenhar antes os planos. Também para conseguir financiamento ou assistência técnica de órgãos públicos, por exemplo, para a construção de uma escola, é preciso colocar as ideias no papel. (LENGEN, 2021).

Segundo Lengen (2021), o melhor é manter um equilíbrio entre a intuição e a racionalidade, sendo importante levar em consideração todas as possíveis soluções, refletir sobre elas e, então, tomar a decisão que melhor se adapte àquela situação.

Muitas vezes pensamos que para ter uma casa agradável é preciso gastar muito com materiais e fazer um grande esforço. No entanto, convém recordar que nem sempre o luxo e o conforto de uma casa têm relação com o tamanho e o tipo de materiais empregados na construção. O verdadeiro luxo consiste em viver em uma casa que acomode perfeitamente nossos hábitos e modo de vida. (LENGEN, 2021).

2.2.2 ACESSIBILIDADE

O dimensionamento dos espaços é um fator crucial para sua função como arcabouço das atividades humanas e para o bem-estar das pessoas. (GEHL, 2013).

Conceito: concepção de espaços, artefatos e produtos que visam a atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. Devem ser projetados espaços que promovam a inclusão e a utilização por qualquer indivíduo com autonomia e segurança. (NOVA, 2014).

A principal preocupação no tocante à acessibilidade é a integração dessas pessoas na sociedade. Hoje esse conceito evoluiu para o conceito de desenho universal, que se preocupa em universalizar a inclusão das pessoas com quaisquer limitações que venham a ter, onde a sociedade se conscientiza de que nela existem pessoas com necessidades diferentes e de biótipos variados, e de que é preciso criar objetos, edifícios, espaços urbanos ou transportes que as levem em conta. (NOVA, 2014).

Segundo a ABNT (2015), Norma Brasileira de Regulamentação da Acessibilidade

(NBR 9050), que determina critérios baseados em uma utilização de maneira autônoma, proporcionando segurança, sendo em edificações, mobiliário, equipamentos urbanos, entre outros, trazendo mais praticidade e auxiliando a população, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

2.2.3 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável popularizou-se mundialmente a partir de 1987, quando foi utilizado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em seu relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland. O relatório dessa Comissão vem difundindo, desde então, o conceito de desenvolvimento sustentado, que passou a figurar sistematicamente na semântica de linguagem internacional, servindo como eixo central de pesquisas realizadas por organismos multilaterais e, mesmo, por grandes empresas. (CLARO, CLARO, AMANCIO, 2008, pág. 291)

O termo sustentabilidade está cada vez mais presente no ambiente empresarial. A definição de sustentabilidade mais difundida é a da Comissão Brundtland (WCED, 1987), a qual considera que o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Essa definição deixa claro um dos princípios básicos de sustentabilidade, a visão de longo prazo, uma vez que os interesses das futuras gerações devem ser analisados. (CLARO, CLARO, AMANCIO, 2008, pág. 289).

O princípio da sustentabilidade, portanto surge com a globalização, em que a sustentabilidade ambiental é a capacidade do sistema manter o seu estado constante no tempo, a tal ponto de incorporar a problemática da relação homem x natureza. A Educação Ambiental é a base científica para a sustentabilidade, sendo que a sustentabilidade é um processo que deverá atingir a sociedade como um todo, sem excluir nenhum elemento físico, mental ou espiritual desse processo de transformação, pois é necessária essa integração para que, finalmente, ocorra o desenvolvimento a partir da sustentabilidade. (ROOS, BECKER, 2012, pág. 864).

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade econômica como ecológica. Num sentido abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/ natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. (JACOBI, 1999, pág. 178).

2.3 NO URBANISMO E PLANEJAMENTO URBANO

2.3.1 URBANISMO

Em cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis, o pré-requisito para a existência da vida urbana é oferecer boas oportunidades de caminhar. Contudo, a perspectiva mais ampla é que uma infinidade de valiosas oportunidades sociais e recreativas apareça quando se reforça a vida a pé. (GEHL, 2013).

É de conhecimento, que os impactos sentidos após esse fluxo migratório de pessoas no país, tanto para quem entra e para quem reside aqui, como questões estruturais, com impacto na saúde e assistências, saneamento, segurança, educação, mercado de trabalho, economia e outros, que podem acabar gerando também a xenofobia. Porém, podem afetar também positivamente a sociedade, são pessoas com conhecimentos e vivências diferentes, culturas e tradições, sendo o Brasil um país cheio de diversidades. Sendo assim, um espaço para melhor planejamento dessas situações, evitariam adversidades ao longo desse período, auxiliando famílias que chegam em situação de rua, de fome, e precariedades.

Sendo assim, a questão da integração torna-se fundamental, para que as pessoas possam ter acesso aos serviços básicos, como saúde, educação, assistência social, e assim se tornarem mais independentes. Além disso, ações governamentais em parceria com a sociedade civil, e empresarial, são fundamentais para que a integração seja possível.

2.4 NA TECNOLOGIA DA CONSTRUÇÃO

2.4.1 CONCRETO ARMADO

O concreto armado é um sistema estrutural composto por uma massa de concreto, na qual mistura-se cimento, água e agregados miúdos e graúdos, com peças de aço, combinando assim suas características para ganhar resistência estrutural. (MARTINO, 2022).

A arquitetura moderna, encabeçada por nomes como Oscar Niemeyer e Le Corbusier, se aproveitou especialmente dessa tecnologia para cunhar os conceitos do movimento, enquanto as cidades puderam ver seus edifícios crescerem em altura e tamanho, adensando e transformando a escala dos crescentes centros urbanos. Desde essa época, o concreto armado se popularizou, tornando-se o principal sistema construtivo da construção civil, sendo reproduzido em diversas escalas de construção, dos arranha-céus às habitações autoconstruídas. (MARTINO, 2022).

Em geral as estruturas convencionais são compostas por dois elementos, aquele que

distribui os esforços horizontais, chamado de viga, e o que distribui os esforços verticais, chamado de pilar. Juntos eles formam uma estrutura porticada, que recebe as forças e as transfere para os apoios no solo, a fundação. Essa estrutura porticada precisa resistir aos esforços que atuam sobre ela, como por exemplo o clima ao seu redor, como os ventos e a neve, e também a partir do uso e da ocupação de seus espaços internos. Esses esforços provocam movimentos de tração e compressão, que precisam ser absorvidos pelos materiais que compõem a estrutura. (MARTINO, 2022).

2.4.2 VENTILAÇÃO CRUZADA

A diferença de pressões exercidas pelo ar sobre um edifício pode ser causada pelo vento ou pela diferença de densidade do ar interno e externo, ou por ambas as forças, agindo simultaneamente. A força dos ventos promove a movimentação do ar através do ambiente, produzindo a ventilação denominada ação dos ventos e o efeito da diferença de densidade provoca o chamado efeito chaminé. Esses dois mecanismos podem agir de maneira separada ou de forma combinada, dependendo das condições atmosféricas, do projeto e da localização do edifício. (SOUZA, RODRIGUES, 2012, pág.)

A ventilação cruzada é uma alternativa arquitetônica para a obtenção da circulação natural do ar de forma a proporcionar benefícios ambientais. Segundo Possebom et al (2016) seu funcionamento se dá através da colocação aberturas em faces opostas ou adjacentes, para o ar fluir pelo ambiente carregando consigo o ar quente e deixando o ar fresco no interior da edificação. Quando o ambiente possui apenas uma abertura, o ar fresco não entra, isso porque existe uma pressão atuando dentro do local que não permite sua entrada. (SCHERER, MASUTTI, 2019, pág. 2).

É válido colocar ainda a alternativa da ventilação cruzada como um meio de promover a sustentabilidade. De acordo com o Ministério das Minas e Energia (2006) de 1990 até 2006 o aumento da demanda por energia elétrica no setor comercial, por exemplo, atingiu 35,44%, sendo que a sua geração aumentou 26,9%. (SCHERER, MASUTTI, 2019, pág. 3).

2.4.3 CONFORTO TÉRMICO E ACÚSTICO

A compatibilização entre uma ventilação natural adequada e um isolamento acústico da fachada de uma edificação se faz extremamente necessário para se obter uma maior eficiência energética. Assim, com um planejamento acústico bem feito, existe uma melhora no conforto termo-acústico e dessa forma atende-se às condições socioeconômicas. (AZEVEDO, 2007, pág. 1).

O conforto térmico, assim como o conforto acústico constituem, juntamente com o conforto visual e a qualidade do ar, o conforto ambiental. Através da arquitetura, o homem tenta adaptar os ambientes para obter esse conforto ambiental. Conforto é a ausência do desconforto. (AZEVEDO, 2007, pág. 5).

Ao adequar a arquitetura ao clima evita-se ou se reduz os sistemas de condicionamento de ar para refrigerar ou aquecer os ambientes, como consequência tem-se uma maior racionalização energética. Ao estudar o clima e os mecanismos de troca de calor associado ao comportamento térmico dos materiais, faz-se com que a arquitetura seja projetada de forma consciente, aproveitando o clima e amenizando seus efeitos negativos; com isso criam-se espaços com condições microclimáticas internas compatíveis ao funcionamento do metabolismo do usuário nas atividades exercidas. (AZEVEDO, 2007, pág. 12 e 13).

Em suma, pode-se definir conforto acústico como sendo a ausência de ruídos, isto é, de sons indesejados. Tendo como objetivo a preservação da saúde e o bem estar dos usuários, além da inteligibilidade das palavras e da privacidade da fala, proporcionando assim um ambiente agradável para o descanso, o trabalho e/ou o lazer. (AZEVEDO, 2007, pág. 16).

Os ruídos urbanos são filtrados pela malha urbana e, ao mesmo tempo, canalizados pelas vias. Os obstáculos podem absorver, refletir, transmitir ou difratar o som. Em muros ou fachadas de edificações tem-se usado muito o revestimento em cerâmica ou pastilha, além das próprias janelas de vidro e das esquadrias e portões em metal, todos estes materiais são extremamente reflexivos, com um baixo poder de absorção, além do próprio solo. (AZEVEDO, 2007, pág. 23).

2.4.4 ILUMINAÇÃO NATURAL

Os seres humanos, em comum com a maioria dos outros organismos complexos, dependem da exposição à luz natural para ativar uma série de funções fisiológicas. Existem, essencialmente, dois aspectos que devem ser considerados: a intensidade da exposição à luz natural e a exposição específica ao componente ultravioleta (UV) da radiação solar. (GARROCHO, AMORIM, pág. 3).

A luz natural oferece enormes vantagens e sua utilização pode ser extremamente eficiente. Entretanto, deve-se ponderar o uso da luz solar em um edifício, diante dos ganhos de calor não desejados para sua otimização. (GARROCHO, AMORIM, pág. 14).

O aproveitamento da iluminação natural nos ambientes internos das edificações, além de ser importante recurso para promover o bem-estar dos ocupantes, pode reduzir o consumo

de energia elétrica dos sistemas de iluminação artificial. Em habitações de interesse social, tal fator tornase ainda mais importante, visto que os proprietários dessas edificações nem sempre dispõem de recursos suficientes para arcar com custos elevados de energia elétrica. (NETTO , pág. 15).

Para estabelecer critérios para o dimensionamento de aberturas para iluminação natural, é necessário levar em conta as condições de céu mais frequentes no local, visto que pode haver uma variação significativa na iluminância no interior do recinto em virtude desse fator, o que nem sempre é abordado em documentos técnicos. (NETTO, pág. 22).

3. METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a elaboração do projeto de pesquisa exige ainda um planejamento da execução das etapas do estudo, definindo quais técnicas serão utilizadas para a coleta de dados, quais métodos de análise de dados serão empregados, bem como o tempo necessário para a realização da pesquisa. É importante também, que o projeto de pesquisa contenha uma parte dedicada à divulgação dos resultados obtidos, que inclua a definição de estratégias para a divulgação dos resultados para a sociedade, bem como a forma como essa divulgação será feita.

Por meio de entrevistas, questionários e a realização de observações diretas, a pesquisa busca reunir as opiniões, percepções e experiências de diferentes indivíduos, coletando informações que auxiliem no entendimento do assunto. Além disso, a pesquisa também pode recorrer a fontes de informação secundárias, tais como dados históricos e estatísticos para auxiliar na análise. Os dados obtidos serão analisados e discutidos de forma a identificar as principais tendências e relações entre os fatores estudados. Por fim, a pesquisa pode concluir com a elaboração de recomendações e sugestões para resultados futuros.

4. ANÁLISES E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA REFUGIADOS E VIAJANTES

4.1.1 ANÁLISE CONTEXTUAL

O projeto foi uma parceria com a ONG Emmanüs Solidarité, tendo como objetivo abrigar os refugiados da França.

O Centro de Acolhimento Temporário foi projetado para 400 pessoas, sendo 350 refugiados e 50 da comunidade cigana. Famílias, algumas apenas com mulheres e crianças, são

abrigadas por no máximo 6 meses. Este programa humanitário praticamente não tem precedentes no país, o que nos leva a pensar sobre a atual situação migratória no mundo, e também ressalta a dificuldade de projetar algo deste gênero para os arquitetos. (Autor desconhecido. ArchDaily Brasil, 2020).

4.1.2 ANÁLISE FORMAL

Entre os espaços coletivos e os mais íntimos, todos se assemelham a uma vida em comunidade. Da ágora grega à praça da igreja cristã, as pessoas organizam suas vidas entorno dessa transição entre o coletivo e o privativo, da sociabilidade para a introversão. (Autor desconhecido. ArchDaily Brasil, 2020).

Figura 1: Vista aérea do Centro de Acolhimento



Autor: David Boureau. Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

Figura 2: Centro de Acolhimento Temporário para Refugiados e Viajantes



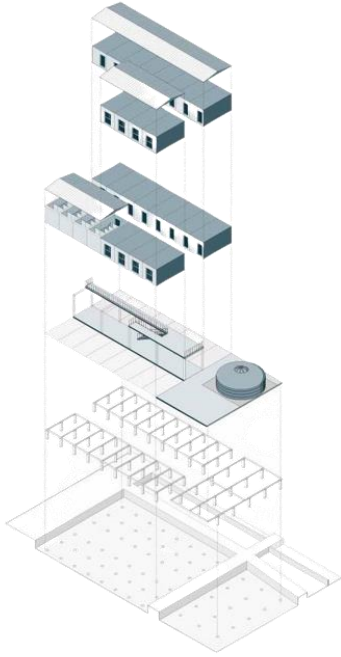
Autor: David Boureau. Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

4.1.3 ANÁLISE FUNCIONAL

Entre os espaços coletivos e os mais íntimos, todos se assemelham a uma vida em

comunidade. Da ágora grega à praça da igreja cristã, as pessoas organizam suas vidas entorno dessa transição entre o coletivo e o privativo, da sociabilidade para a introversão. (Autor desconhecido. ArchDaily Brasil, 2020).

Figura 3: Perspectiva detalhada do projeto



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

Figura 4: Planta baixa humanizada do Centro de Acolhimento



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

As seis tendas, que funcionam como espaços com múltiplos usos, foram implantadas no

coração do abrigo. Os espaços livres que separam essas tendas oferecem uma série de espaços de suporte desse conjunto de "edifícios". É nessas espaços que as pessoas dessa comunidade interagem: crianças brincam, e adultos passam tempo juntos. Os dormitórios foram dispostos nos dois lados deste centro, com três ruas destinadas às mulheres e casais e três para famílias com crianças. (Autor desconhecido. ArchDaily Brasil, 2020).

Figura 5: Interior alojamento de Centro de Acolhimento



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

Figura 6: Escadaria externa Centro de Acolhimento



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

4.1.4 ANÁLISE AMBIENTAL

Iniciada em 2 de Novembro de 2016 a construção durou 4 meses e 1 semana, inaugurando em 7 de Março de 2017. O Centro de Acolhimento precisava ser construído rapidamente, o que levou a escolha pela técnica da pré-fabricação. Para reduzir o tempo de operação, a obra usou de dois canteiros ao mesmo tempo, sendo a infraestrutura

desenvolvida no local e a pré-fabricação dos módulos de madeira em uma fábrica perto de Nancy. (Autor desconhecido. ArchDaily Brasil, 2020).

A estrutura de madeira do projeto é reutilizável, o que significa que pode ter uma "segunda vida", quando pensamos em economia circular, ou também ser desmontada e remontada em outro lugar. Este é um aspecto importante para esse projeto, visto que este abrigo está projetado para ficar neste terreno por 5 anos. (Autor desconhecido. ArchDaily Brasil, 2020).

Figura 7: Interior Centro de Acolhimento



Fonte: ArchDaily Brasil (2020)

4.1 CONJUNTO RESIDENCIAL PREFEITO MENDES DE MORAES (PEDREGULHO)

4.1.1 ANÁLISE CONTEXTUAL

O Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, foi projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy em 1947, para abrigar funcionários públicos do então Distrito Federal. (FRACALLOSSI, 2011).

Figura 8: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).



Autor: Pedro Mascaro. Fonte: ArchDaily Brasil (2022)

4.1.2 ANÁLISE FORMAL

A estética e os princípios defendidos por Le Corbusier se fazem sentir nesse projeto, no cuidado com as tecnologias aplicadas na construção, na economia de meios utilizados e nas preocupações funcionais estreitamente relacionadas às soluções formais: controle da luz e da ventilação, facilidade de circulação. Se a inspiração teórica e o método são tributários do programa corbusiano, o vocabulário plástico empregado beneficia-se das soluções de Oscar Niemeyer para o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte: a retomada de arcos e abóbadas, as linhas curvas e os desenhos ondulantes. (FRACALOSSI, 2011).

Figura 9: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).



Autor: Nabil Bonduki. Fonte: ArchDaily Brasil (2011).

Figura 10: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).



Autor: Nabil Bonduki. Fonte: ArchDaily Brasil (2011)

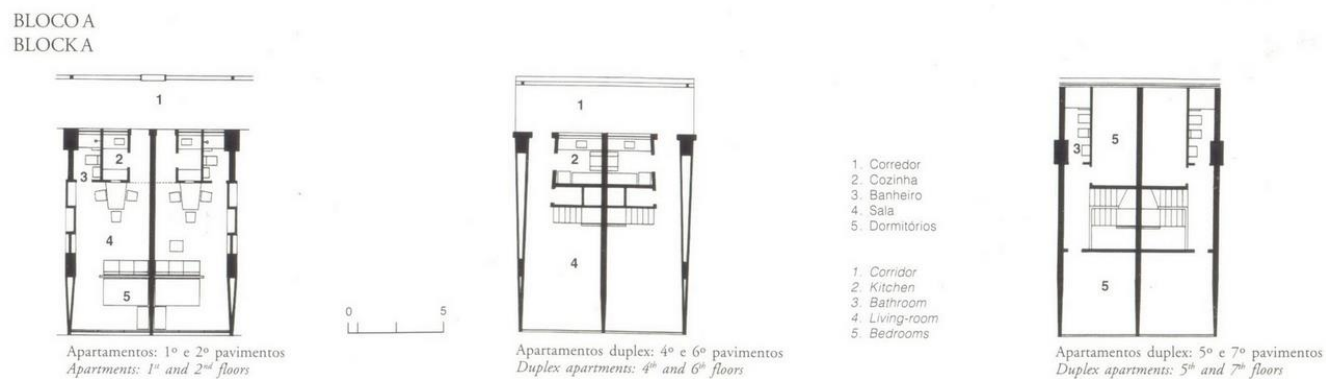
4.1.3 ANÁLISE FUNCIONAL

Na concepção arquitetônica do complexo, com 328 unidades, cada obra é definida por um volume simples, onde a forma indica a diferença de funções: o paralelepípedo destina-se aos prédios residenciais; o prisma trapezoidal aos edifícios públicos; e as abóbadas, às construções desportivas. A intenção de manter a vista da baía de Guanabara para todos os apartamentos leva Reidy a projetar uma grande construção sobre pilotis, que dribla o declive natural da área pelo uso de passarelas, e uma avenida posterior no topo do terreno, recursos que dispensam elevadores. Os pilotis de alturas variáveis constituem outra solução original empregada em função dos desníveis do solo. A peça-chave de todo o conjunto é o grande

edifício construído no alto, de planta serpenteada, que acompanha as condições naturais do terreno. (FRACALOSS, 2011).

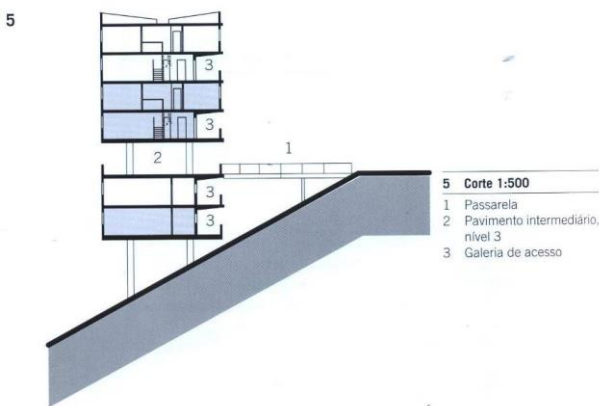
O Conjunto habitacional possui estrutura e materialidade em concreto, seu edifício principal tem 260 metros de comprimento, divididos em 272 unidades, com 2 tipologias de apartamentos de 1 e 2 dormitórios, conta também com serviços públicos, centros comerciais, área de educação infantil, acesso a lazer e desporto em quadras esportivas, ginásios, piscina, e por fim um centro sanitário.

Figura 11: Planta Baixa Apartamentos Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).



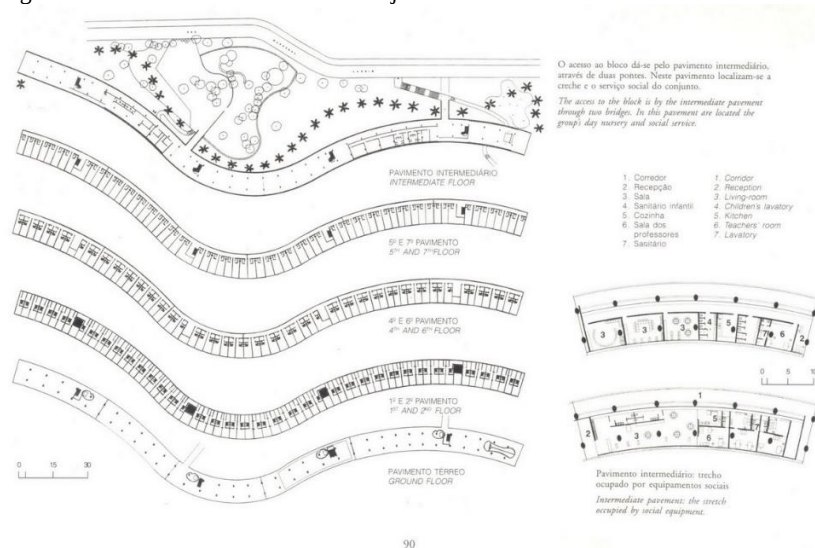
Fonte: ArchDaily Brasil (2011)

Figura 12: Corte Apartamentos Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).



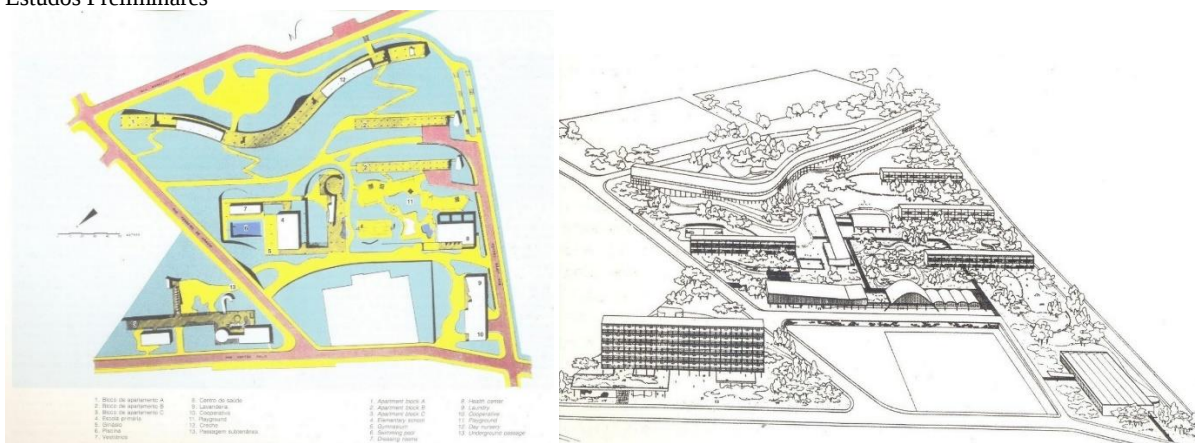
Fonte: ArchDaily Brasil (2011)

Figura 13: Planta Baixa Pavimentos Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho).



Fonte: ArchDaily Brasil (2011)

Figura 14 e 15 (respectivamente): Implantação Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) e Perspectiva Estudos Preliminares



Autor: Nabil Bonduki. Fonte: ArchDaily Brasil (2011).

4.2 QUINTA MONROY

4.2.3 ANÁLISE CONTEXTUAL

O projeto foi iniciado com base em um pedido do governo chileno, estabelecer mais de 100 famílias que ocupavam terrenos ilegalmente no centro de Iquique, evitando a vida na periferia.

Devíamos trabalhar dentro do quadro de um programa específico do Ministério de Habitação, chamado Vivenda Social Dinâmica sin Deuda (VSDsD)-Habitação Social Dinâmica sem Dívida-que visa a classe mais pobre da população, aqueles sem capacidade de endividamento, e que consiste em um subsidio de US\$ 7500 por família, com o qual se deve financiar a compra do terreno, os trabalhos de infra-estrutura e o de arquitetura. (ARCHDAILY, 2012).

Figura 16 e 17: Quinta Monroy



Autor: Cristobal Palma. Fonte: ArchDaily Brasil (2012)

4.2.3 ANÁLISE FORMAL

Se para obtermos densidade, verticalizamos, os edifícios resultantes não permitem que as habitações possam crescer. E neste caso, necessitamos que cada moradia amplie-se ao menos o dobro de sua área original. (ARCHDAILY, 2012).

[...] ao invés de fazer uma moradia pequena (em 30m² tudo é minúsculo), optamos por projetar uma habitação de classe média, a qual podemos entregar, por agora (dados os recursos disponíveis), somente uma parte. Neste sentido, as partes difíceis da casa (banheiros, cozinha, escadas e paredes divisórias) estão projetadas para o estado final (uma vez ampliado), quer dizer, para uma habitação de 70m². (ARCHDAILY, 2012).

Em resumo, quando se tem fundos para fazer somente metade do projeto, qual se faz? Optamos por fazer aquela metade que uma família, individualmente, nunca poderá alcançar, por mais tempo, esforço e dinheiro que se invista. E é dessa forma que procuramos responder com ferramentas próprias da arquitetura a uma pergunta não-arquitetônica: como superar a pobreza. (ARCHDAILY, 2012).

Figura 18 e 19: Interior Casas Quinta Monroy



Autor: Cristobal Palma. Fonte: ArchDaily Brasil (2012)

Figura 20: Quinta Monroy



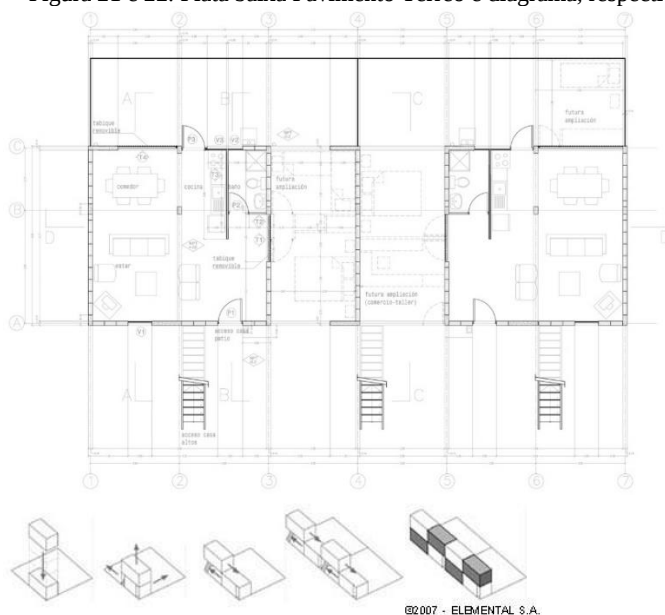
Autor: Tadeuz Jalocha. Fonte: ArchDaily Brasil (2012)

4.2.4 ANÁLISE FUNCIONAL

Este projeto conseguiu identificar um conjunto de diferentes desenhos arquitetônicos que permitem esperar que a habitação valorize-se com o tempo. (ARCHDAILY, 2012).

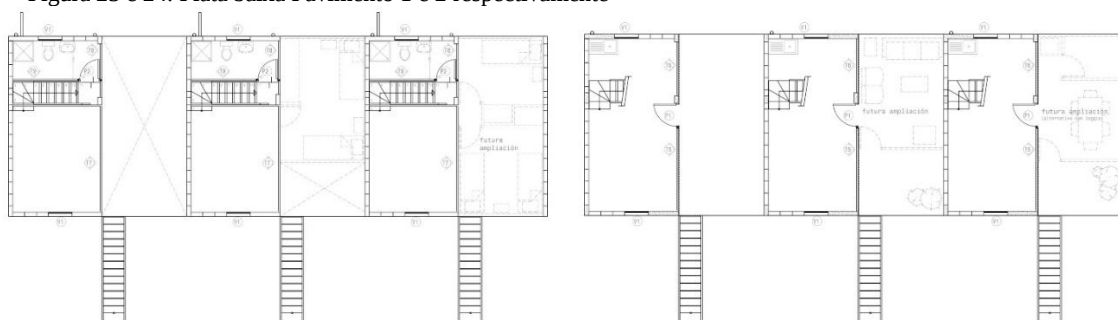
Em primeiro lugar, desenvolvemos uma tipologia que nos permitiu alcançar uma densidade suficientemente alta, para ser possível pagar pelo terreno que estava muito bem localizado na cidade, imerso na rede de oportunidades que a cidade oferecia (trabalho, saúde, educação, transporte). A boa localização é a chave para que a economia de cada família conserve-se e para a valorização da propriedade. (ARCHDAILY, 2012).

Figura 21 e 22: Plata baixa Pavimento Térreo e diagrama, respectivamente



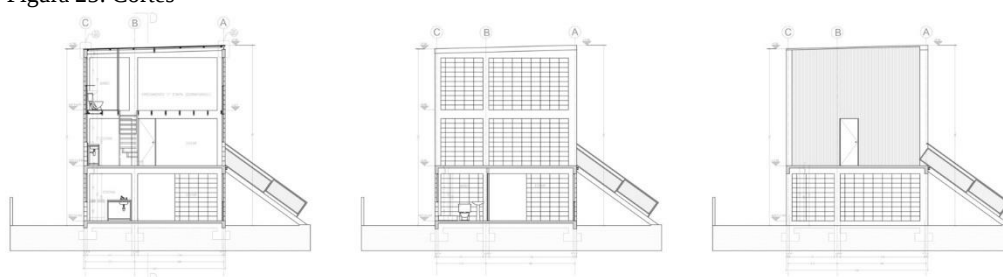
Fonte: ArchDaily Brasil (2012)

Figura 23 e 24: Plata baixa Pavimento 1 e 2 respectivamente



Fonte: ArchDaily Brasil (2012)

Figura 25: Cortes



Fonte: ArchDaily Brasil (2012).

5. RELAÇÃO DOS CORRELATOS COM A PROPOSTA

Referente à correlação dos projetos analisados, embasados em correlatos para o desenvolvimento da proposta do projeto do Centro de Atendimento para Refugiados temos:

O Centro de acolhimento temporário para refugiados e viajantes. Materiais de fácil acesso e manutenção, sustentáveis e rápido deslocamento, se necessário, setorização com áreas sociais, ínitmas e de lazer.

O Conjunto Residencial Presidente Mendes de Moraes (Pedregulho). Materiais resistentes como uso do concreto, projeção com ventilação cruzada e iluminação natural, e facilidade de circulação, trazendo várias funcionalidades para um mesmo conjunto habitacional.

O projeto Quinta Monroy, foi pensado também para uma adaptações, visando melhoramentos por parte de quem reside, trazendo também oportunidades para refugiados para evitar situações de periferia, buscando melhor conforto, materiais de baixo custo, e fácil manutenção, novamente com o uso do concreto e madeira.

Com base nas obras apresentadas, e em uma análise estrutural, como base de estrutura temos o Conjunto Residencial Presidente Mendes de Moraes (Pedregulho), com seus materiais utilizados, e suas projeções arquitetônicas. Relacionado à sustentabilidade, temos o Centro de

acolhimento temporário para refugiados e viajantes, com materiais sustentáveis, e ideias de inclusão entre seus residentes. Por fim, o projeto Quinta Monroy propõe como objetivo também, além de evitar situações de periferia, um encaminhamento na vida de seus moradores.

6. DIRETRIZES PROJETUAIS

6.1 MUNICÍPIO DE CASCAVEL E SÍTIO DE IMPLANTAÇÃO

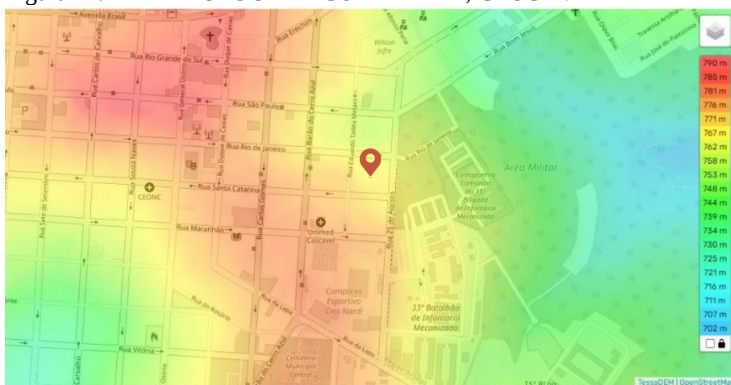
Conhecida como o polo econômico da região Oeste do Paraná e totalizando 324 mil habitantes, Cascavel é uma cidade planejada, com avenidas e ruas largas, em bairros bem distribuídos. (VIAJE PARANÁ, s.d.)

Figura 26: CASCAVEL – PARANÁ – BRASIL.



Fonte: Wikipédia (2014).

Figura 27: MAPA TOPOGRÁFICO DE ÁREA, CASCAVEL – PARANÁ – BRASIL.



Fonte: topografiphic-map.com (2023).

Local: Cascavel, Região Geográfica Imediata de Cascavel, Região Geográfica Intermediária de Cascavel, Paraná, Região Sul, Brasil (-25.37139 -53.72377 -24.74300 -53.07188)

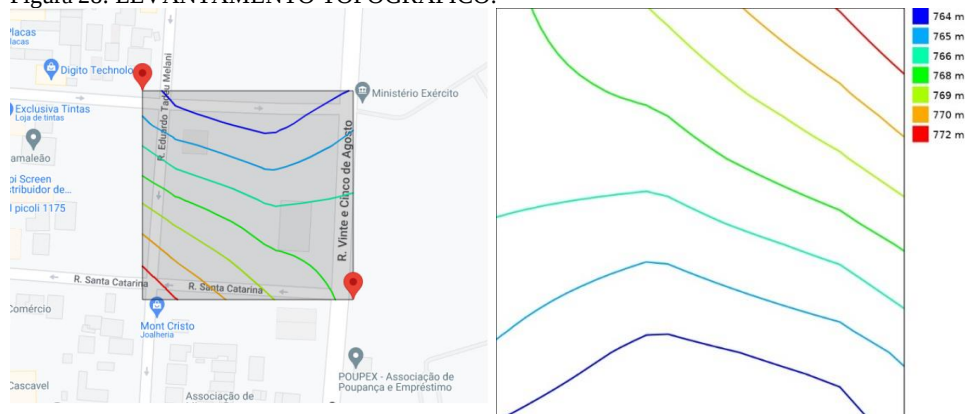
Altitude média: 613 m

Altitude mínima: 296 m

Altitude máxima: 884 m

(topografiphic-map.com, 2023).

Figura 28: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.



Fonte: topografic-map.com (2023).

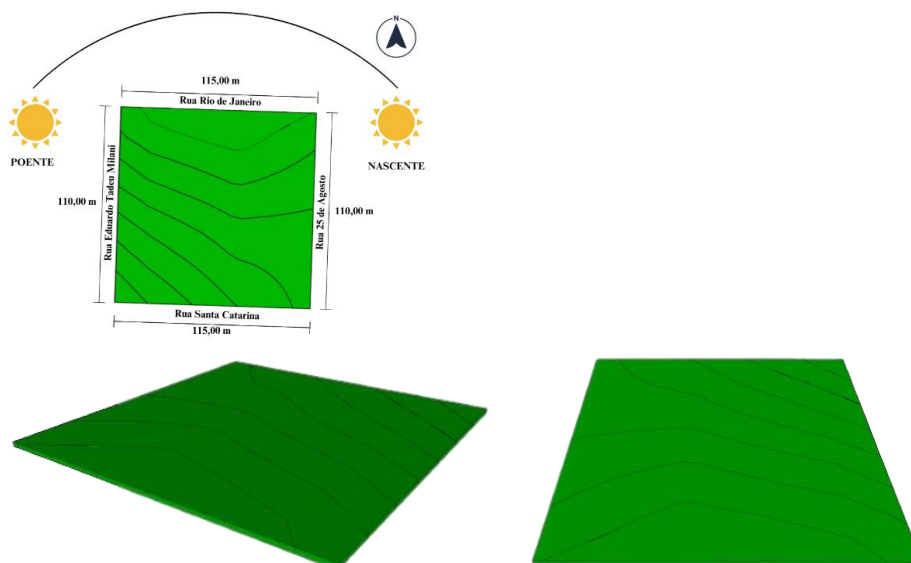
O terreno conta com 3 lotes das zonas ZFAU-SUOC 1 e ZFAU-SUOC 2, em uma região centralizada na cidade. Localizado entre as ruas Rio de Janeiro, 25 de Agosto, Santa Catarina, e Eduardo Tadeu Milani.

A consulta de viabilidade (fornecida pelo Instituto de Planejamento de Cascavel (2023)), permite os seguintes índices urbanísticos (CONSULTA PRÉVA NO ANEXO):

- Área total terreno: 12.650 m²;
- Estimativa de área do edifício: 6.280m²

Os dados apresentados do terreno foi recriada a partir do Instituto de Planejamento de Cascavel, (2023). Apresentando um desnível máximo de cinco metros a partir da rua fortaleza em direção ao centro (figura 29).

Figura 29: Topografia e Dimensões



Fonte: Elaborado pela autora

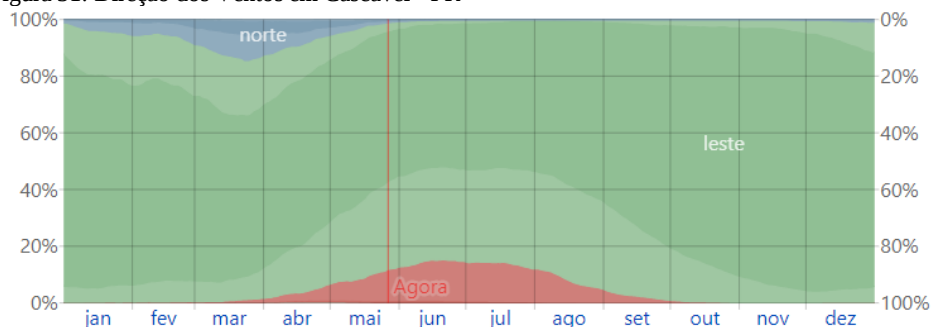
Figura 30: LOCALIZAÇÃO DO TERRENO



Fonte: Google, (2023) adaptado pela Autora.

Levando em conta os fatores climáticos, de acordo com o gerador Weather Spark, a cidade de Cascavel, temperatura varia de 23 °C a 31 °C e raramente é inferior a 22 °C ou superior a 33 °C. Também conhecida como a “Cidade dos Ventos”, o vento predominante em Cascavel segue Leste, como podemos ver na figura.

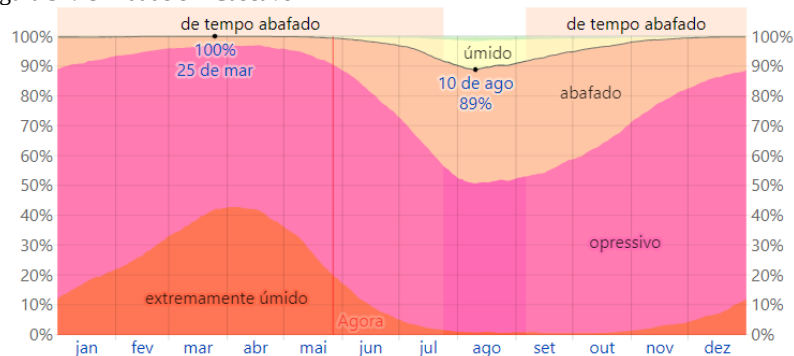
Figura 31: Direção dos Ventos em Cascavel - PR



Fonte: Weather Spark (2023)

Ainda, como os ventos e a temperatura, Cascavel, de acordo com o Weather Spark, o período mais abafado do ano dura 11 meses, no qual o nível de conforto é abafado, opressivo ou extremamente úmido pelo menos em 92% do tempo, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 32: Umidade em Cascavel – PR



Fonte: Weather Spark (2023).

6.2 PROGRAMA DE NECESSIDADES

Em menção aos fatos apresentados, estudos e correlatos, o programa de necessidades da proposta do Centro de Atendimento, foi elaborado visando atender as necessidades dos seus usuários, divididos em setores: íntimo, social, administrativo e serviço planejado para o bem-estar, segurança e conforto, assim como sustentabilidade e acessibilidade (figura 35).

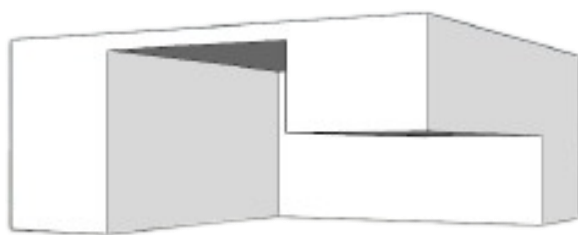
A parte interna do bloco contamos com atividades de serviço, administrativo, social e íntimo, sendo apartamentos divididos por família, suporte escolar, alimentação, encaminhamento para trabalho, documentação, área de saúde, e áreas de recreação.

Na parte externa do Bloco, temos como objetivo, maior inclusão desses indivíduos, propomos então, áreas de lazer e desporto, como parquinhos para crianças e quadras 2 quadras esportivas, além de áreas verdes arborizadas, horta, estacionamento, e espaços livres para caminhadas e repouso.

6.3 INTENÇÕES PROJETUAIS

O intuito da presente proposta, foi embasado nos correlatos apresentados, e fundamentos arquitetônicos, que procederam no modelo de projeto apresentado (figura 33).

Figura 33: Volumetria da Proposta do Centro de Atendimento



Fonte: Elaborado pela autora.

Respeitando os fatores sustentáveis e as legislações impostas, desde a elaboração e prosseguimento do projeto, preservando sua área, eventos climáticos, tráfego, população, entre outros, já citados na pesquisa.

6.4 PARTIDO ARQUITETÔNICO FORMAL E FUNCIONAL

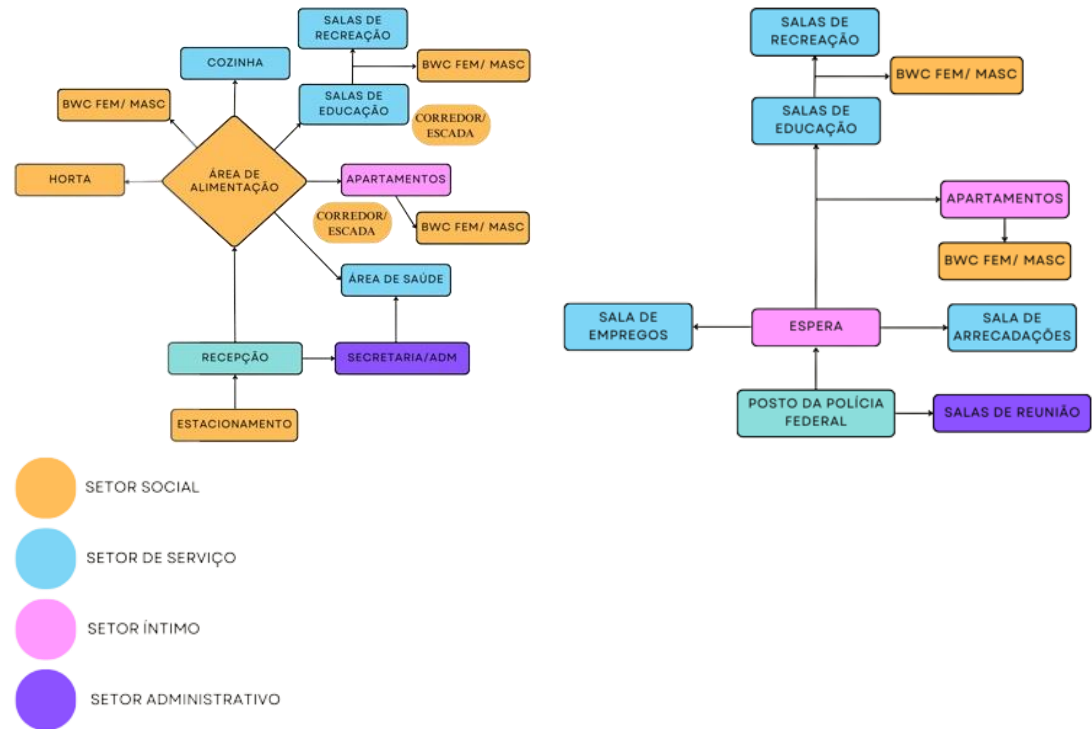
Pensando em uma melhor funcionalidade e praticidade do ambiente, sem perder o

aconchego e privacidade de cada ambiente, propomos a maior parte dos setores de serviço, social, administrativo e de saúde na parte térrea, onde já são dados devidos acompanhamentos.

Os apartamentos estão dispostos na parte térreo, e sua maioria no 2º pavimento, separados das demais áreas, assim como parte do suporte escolar, recreação, salas de reunião, e um posto da polícia federal, arrecadações, e encaminhamentos trabalhistas.

Todas as áreas pensadas com seus fundamentos arquitetônicos de iluminação, ventilação, conforto e sustentabilidade.

Figura 34: Fluxograma – Térreo e 1º Pavimentos



Fonte: Autora

A proposta conta com um Edifício, separado em 2 blocos, como base do projeto, e áreas externas.

Figura 35: Proposta média de ocupação de área

setor/função	quantidade	área utilizada	total
apartamentos	100	50m ²	5000m ²
salas educacionais	10	30m ²	300m ²
área de alimentação	1	150m ²	150m ²
cozinha	1	80m ²	80m ²
recreação	2	50m ²	100m ²
posto polícia federal	1	100m ²	100m ²
área saúde	1	250m ²	250m ²
sala de empregos	1	100m ²	100m ²
secretaria e administração	1	100m ²	100m ²
sala de reuniões	2	50m ²	100m ²
média 6.280m ²			

Fonte: Elaborado pela autora.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta uma proposta projetual de um Centro de Atendimento aos Refugiados, estudando o seu entorno, auxiliando seus usuários, e ajudando no crescimento da cidade, sem prejudicar o seu meio.

Trazendo seus os objetivos gerais e específicos, problemas, e hipóteses levantadas, busca solucionar e auxiliar nesta causa, sendo uma pauta de importância em nível mundial.

Com base em análises, discutimos seus elementos, história e fundamentos, para melhor entendimento e conceito do projeto, descrevendo seu plano de necessidades, com estratégias e ilustrações, apontando seus benefícios e sua viabilidade para elaboração e aprovação.

REFERÊNCIAS

ACNUR – **AGENCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Dados sobre Refúgio.** ACNUR, s.d. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/> Acesso em: 29 Mar. 2023.

ACNUR – **AGENCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. Dados sobre Refúgio. Perguntas e respostas.** ACNUR, s.d. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/> Acesso em: 29 Mar. 2023.

AZEVEDO, Mariane Brito. **Compatibilização do conforto acústico com o conforto térmico no ambiente construído.** 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BENNETTON, M. J. **Terapia ocupacional e reabilitação psicossocial: uma relação possível.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 11-16, mar. 1993.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMANCIO, Robson. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações.** Revista de Administração - RAUSP, vol. 43, núm. 4, outubro-diciembre, 2008, pp. 289-300. Universidade de São Paulo: São Paulo, Brasil.

CHARLEAUX, João Paulo. **SER ESTRANGEIRO: MIGRAÇÃO, ASILO E REFÚGIO AO LONGO DA HISTÓRIA.** Brasil: Claro Enigma, 2022;

CONTOUR MAP CREATOR. Disponível em: <<https://contourmapcreator.urgr8.ch/>> Acesso em: 28 de maio de 2023;

CONRADO, Regina. **COMO O CONCEITO DE REFUGIADO EVOLUIU AO LONGO DA HISTÓRIA.** Migramundo, 2021. Disponível em: <<https://migramundo.com/como-o-conceito-de-refugiado-evoluiu-ao-longo-da-historia/>> Acesso em: 21 de Maio de 2023;

Curadoria de María Francisca González. **CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA REFUGIADOS E VIAJANTES/ ATELIER RITA.** ArchDaily Brasil, 2020. Disponível em: < https://www.archdaily.com.br/br/947667/centro-de-acolhimento-temporario-para-refugiados-e-viajantes-atelier-rita?ad_medium=gallery> Acesso em: 25 de maio de 2023;

FAG. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos.** 4. ed. Cascavel: FAG –Faculdade Assis Gurgacz, 2011.

FRACALOSSI, Igor. **CLÁSSICOS DA ARQUITETURA: CONJUNTO RESIDENCIAL PREFEITO MENDES DE MORAES (PEDREGULHO)/ AFFONSO EDUARDO**

REIDY. ArchDaily Brasil, 2011. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy>> Acesso em: 25 de maio de 2023;

GARROCHO, Juliana; AMORIM, Cláudia. **Luz natural e projeto de arquitetura: estratégias para iluminação zenital em centros de compras.** ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, v. 10, 2004.

GEHL, Jan. **CIDADES PARA PESSOAS.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade. O Município no século XXI: cenários e perspectivas.** Cepam–Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, p. 175-183, 1999.

LENGEN, Johan van. **MANUAL DO ARQUITETO DESCALÇO** - 2.ED. Porto Alegre: Bookman, 2021;

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINO, Giovana. **O que é e como funciona o concreto armado?.** ArchDaily Brasil, 2022.

Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/975732/o-que-e-e-como-funciona-o-concreto-armado#:~:text=O%20concreto%20armado%20%C3%A9%20um,caracter%C3%ADsticas%20para%20ganhar%20resist%C3%A2ncia%20estrutural.>> Acesso em: 24 de Maio de 2023;

NETTO, Ary Rodrigues Alves et al. **Contribuições para o dimensionamento de aberturas para iluminação natural em habitações de interesse social.** Revista IPT: Tecnologia e Inovação, v. 2, n. 9, 2018.

NOVA, Flávio Vila. **CARTILHA DE ACESSIBILIDADE URBANA: UM CAMINHO PARA TODOS.** 2. ed. - Recife: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 2014.

PARANÁ. Secretaria da Comunicação. **Centro de apoio a refugiados atende 22 mil pessoas em quatro anos no Paraná.** Paraná, 2022. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Centro-de-apoio-refugiados-atende-22-mil-pessoas-em-quatro-anos-no-Parana> Acesso em: 10 de Abr. 2023;

QUINTA MONROY/ ELEMENTAL. **QUINTA MONROY/ ELEMENTAL.** ArchDaily Brasil, 2012. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>> Acesso em: 25 de maio de 2023;

Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas /

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, organizador. – 1. ed. – Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010.

RIEDER, D. D. **A reinserção positiva de imigrantes refugiados sob o prisma das Nações Unidas com o aporte da Ciência Ontopsicológica: o desenvolvimento de uma oficina de integração social de imigrantes voltada ao público jovem.** Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 35–47, 2017. DOI: 815/sh.2017v7n11.238. Disponível em:

<https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/238>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. **Educação ambiental e sustentabilidade.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, p. 857-866, 2012.

SANT'ANA, Paulo Gustavo Iansen de. **MIGRAÇÃO E REFÚGIO: CONVERGÊNCIAS E CONTRADIÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS IMPLEMENTADAS PELO BRASIL NO SÉCULO XXI/ PAULO GUSTAVO IANSEN DE SANT'ANA.** Brasília: FUNAG, 2022

SCHERER, Paula; MASUTTI, Mariela Camargo. **A eficiência da ventilação cruzada na arquitetura.** GUILHERME, WD A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas, v. 5, p. 1-4, 2019.

SILVA, B. C. F. et al. **A história dos direitos dos refugiados e migrantes.** POLITIZE! 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/historia-dos-direitos-dos-refugiados-e-migrantes/> Acesso em: 04 Abr. 2023;

SOUSA, Jackeline Ribeiro e. **MIGRAÇÕES E TRABALHO DECENTE: A INTEGRAÇÃO DO MIGRANTE NO BRASIL POR MEIO DO ACESSO AO EMPREGO E À RENDA.** Brasil, Editora Dialética, 2022.

SOUZA, Henor Artur de; RODRIGUES, Luciano Souza. **Ventilação natural como estratégia para o conforto térmico em edificações.** REM: Revista Escola de Minas, v. 65, p. 189-194, 2012.

TAVARES, C. **Refugiados no Brasil: pesquisa revela perfil, trajetória e dificuldades de imigrantes que vieram em busca de refúgio no Brasil.** Qualibest. 2022. Disponível em: <s://www.institutoqualibest.com/blog/refugiados-no-brasil/> Acesso em: 29 Mar. 2023;

TOPOGRAPHIC.MAP. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-r9ktj/Cascavel/?center=-25.16144%2C-53.59062&zoom=9> Acesso em: 25 de maio de 2023;

VIAJE PARANÁ. CAPITAL DO OESTE. Disponível em: <https://www.viajeparana.com/Cascavel> Acesso em: 27 de maio de 2023;

WEATHER SPARK. **Clima e condições meteorológicas médias em Cascavel no ano todo.** 2023. Disponível em: <<https://pt.weatherspark.com/y/31115/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Cascavel-Brasil-durante-o-ano#:~:text=A%20dire%C3%A7%C3%A3o%20m%C3%A9dia%20hor%C3%A1ria%20pre-dominante,leste%20durante%20todo%20o%20ano.>> Acesso em: 27 maio 2023.